



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO FUNDIÁRIO – APOIO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CADASTRO FÍSICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de números 01 a 04.

A exposição a neonicotinoides e organofosfatos – grupo de pesticidas mais usados nas lavouras do mundo – embaralha os circuitos cerebrais das abelhas melíferas e compromete a memória e a capacidade de navegação dos insetos, recursos essenciais para encontrar comida. O estudo realizado pela Universidade de Dundee, no Reino Unido, e publicado na revista *Nature Communications*, ressalta que o uso de defensivos na agricultura tem efeitos devastadores na sobrevivência das colônias já sentidos por produtores de mel na Europa. Mais importantes polinizadores de plantas – representam 80% dos insetos –, as abelhas são imprescindíveis na natureza.

(Revista *Terra da Gente*, ano 10, número 110, junho de 2013)

01. Mais importantes polinizadores de plantas – representam 80% dos insetos –, as abelhas são **imprescindíveis** na natureza.

Dentre as palavras a seguir, a que apresenta o mesmo significado que a destacada no trecho do texto é:

- (A) indescritíveis
- (B) infalíveis
- (C) indispensáveis
- (D) imprestáveis
- (E) indestrutíveis

02. Segundo o texto, o problema causado às abelhas pelos pesticidas mencionados é que estes

- (A) as fazem produzir mel em excesso.
- (B) afetam sua capacidade de orientação e memória.
- (C) eliminam sua capacidade de navegação.
- (D) aceleram sua atuação no processo de polinização.
- (E) retardam sua capacidade de defesa da agricultura.

03. A consequência sofrida pelas abelhas, resultante do efeito dos pesticidas, é

- (A) o aumento de sua agressividade e de ataques à lavoura.
- (B) a alta resistência que acabam por desenvolver.
- (C) a queda em sua capacidade de achar alimentos.
- (D) a construção de novas colmeias em excesso.
- (E) a sua reprodução desordenada.

04. Como decorrência do problema da exposição das abelhas aos pesticidas, produtores de mel, na Europa,

- (A) estão preocupados com a baixa polinização.
- (B) estão se organizando na luta contra pesticidas.
- (C) passaram a colaborar com uma defesa mais saudável das lavouras.
- (D) sentiram uma diminuição na quantidade de suas colônias.
- (E) encomendaram vários estudos sobre apicultura às universidades.

Para responder às questões de números 05 a 07, baseie-se no cartum a seguir.



(Flávio-Villaça, Zé e Oscar Rubens.in FARACO, C. *Trabalhando com narrativa*. Editora Ática: São Paulo. 1992)

05. A imagem informa que

- (A) pássaros fazem seus ninhos.
- (B) lenhadores estão em horário de descanso.
- (C) a área retratada é de reflorestamento.
- (D) a copa das árvores é pouco densa na região retratada.
- (E) uma árvore foi cortada e pássaros ficaram sem abrigo.

06. O cartum traz uma crítica ao demonstrar

- (A) a força da natureza na luta por sobrevivência.
- (B) o perigo à escassez de alimentos, resultante da ação dos pássaros.
- (C) a reprodução ativa dos pássaros, mesmo em situação adversa.
- (D) o desequilíbrio ambiental causado por ações de desmatamento.
- (E) a falta de leis para o corte de árvores.

07. O símbolo visual que informa a consequência negativa e imediata após o corte da árvore é
- (A) a reconstituição da forma da copa da árvore pelo voo dos pássaros.
 - (B) a posição do machado horizontalmente encravado no toco restante.
 - (C) o vazio que se encontra entre a raiz e os pássaros.
 - (D) o desenho do toco restante, em forma de pino.
 - (E) a quantidade de pássaros pequenos incluídos na imagem.

Leia o texto a seguir para responder às questões de números 08 a 15.

Da raiz à copa do verde paulistano

Quantas árvores há em São Paulo? É provável que você não saiba. Nem o poder público da cidade de 459 anos. O prefeito Fernando Haddad se comprometeu a resolver o mistério: anunciou há uma semana que fará, em dois anos, o inédito censo do verde paulistano.

Em 2010, o então prefeito, Gilberto Kassab, deu início ao projeto Identidade Verde, que também levantaria o total de árvores; cerca de 17% da meta passou por mapeamento.

A Embrapa, que se reuniu com a prefeitura nesta semana, deverá usar imagens de satélite, compradas do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), para responder ao enigma de quantas árvores há nas vias públicas.

Para medir a saúde das plantas, porém, uma amostra deverá ser vistoriada pessoalmente, ainda com o uso do Sisgau, programa do IPT criado na gestão passada, exclusivo da prefeitura.

Com o Sisgau, a avaliação inclui a idade e a saúde da árvore e a qualidade das podas. Mas ele está ultrapassado – não mapeia, por exemplo, as árvores que caem. Entretanto, o IPT já bolou um programa mais avançado, o Arbur. “É uma tecnologia mais avançada, que registra a queda de árvores”, diz Sérgio Brazolin, também do IPT. Afinal, queda de árvores é questão essencial para o verde em grandes cidades, dizem especialistas. “O problema não é só saber quantas árvores temos, mas como elas estão e como podemos cuidar delas”, diz o ambientalista Ricardo Cardim, da associação Amigos das Árvores.

(Chico Felitti. *Da raiz à copa do verde paulistano*. Revista São Paulo, *Folha de S.Paulo*, 14 a 20 de abril de 2013. Adaptado)

08. Neste período adaptado do texto – A prefeitura deverá usar imagens de satélite para responder ao enigma de quantas árvores há nas vias públicas; **porém**, para medir a saúde das plantas, uma amostra deverá ser vistoriada pessoalmente – a palavra destacada relaciona duas informações, expressando a noção de
- (A) alternância, pois ora satélites, ora pessoas irão determinar a quantidade de árvores na cidade.
 - (B) explicação, pois há o esclarecimento de que a vistoria das árvores não é apurada quando feita por pessoas.
 - (C) conclusão, pois fica definido que os satélites são mais eficientes que as pessoas nessa tarefa.
 - (D) condição, pois traz a previsão de que, caso satélites não possam realizar a contagem das árvores, seres humanos a realizarão.
 - (E) compensação, pois inclui pessoas – substituídas por satélites na contagem – na etapa de avaliação da saúde das árvores.
09. Em relação ao trecho – Em 2010, o então prefeito, Gilberto Kassab, deu início ao projeto Identidade Verde – entende-se que Kassab
- (A) assumira a prefeitura repentinamente.
 - (B) era o prefeito naquele momento.
 - (C) elegeu-se novamente.
 - (D) governava interinamente.
 - (E) atuava provisoriamente.
10. A Embrapa, que se reuniu com a prefeitura nesta semana, deverá usar imagens de satélite, compradas do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), para responder ao enigma de quantas árvores há nas vias públicas.
- A expressão destacada no trecho será substituída por outra, contendo crase, se a palavra – enigma – for substituída pela palavra
- (A) questão
 - (B) problema
 - (C) questionamento
 - (D) mistério
 - (E) censo
11. No título da reportagem – *Da raiz à copa do verde paulistano* – a expressão em negrito – **à** – pode ser substituída, sem perda de significado, pela expressão:
- (A) na
 - (B) a
 - (C) sob a
 - (D) sobre a
 - (E) até a

12. Leia o trecho adaptado do texto.

Quantas árvores _____ em São Paulo? É provável que você não saiba. Nem o poder público da cidade de 459 anos. O prefeito Fernando Haddad e sua equipe se _____ a resolver o mistério: anunciaram _____ duas semanas que realizarão, em dois anos, o inédito censo do verde paulistano.

Assinale a alternativa cujos termos preenchem, correta e respectivamente, as lacunas do trecho adaptado.

- (A) existe ... comprometeu ... têm
- (B) hajam ... comprometeram ... fazem
- (C) existem ... comprometeram ... faz
- (D) existem ... comprometerão ... fazem
- (E) hajam ... comprometeram ... tem

13. Assinale a alternativa correta quanto à concordância e à pontuação de frase adaptada do texto, de acordo com norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O Sisgau e o Arbur não resolvem os problemas das árvores: é preciso conhecê-las e cuidar delas.
- (B) O Sisgau é programa que avalia a idade a saúde a qualidade das poda e as queda das árvores.
- (C) As árvores que cai por exemplo não é mapeada pelo Sisgau.
- (D) O Sisgau está ultrapassado: não mapeia as árvores que cai por exemplo.
- (E) Quedas de árvores são questão, essenciais em grandes cidades, para o verde.

14. Na frase adaptada do texto – O prefeito Fernando Haddad se comprometeu _____ resolução do mistério – a expressão que preenche a lacuna, corretamente e de acordo com o contexto, é:

- (A) na
- (B) da
- (C) à
- (D) sob a
- (E) com a

15. Leia o trecho adaptado do texto.

Informações sobre as plantas serão obtidas com a utilização dos programas Sisgau e Arbur, inclusive por meio da visita de pessoas envolvidas em medir-**lhes** as condições. O pronome pessoal destacado refere-se à palavra

- (A) condições.
- (B) programas.
- (C) plantas.
- (D) pessoas.
- (E) informações.

Leia o poema a seguir para responder às questões de números 16 a 20.

1 Passou-se setembro
2 outubro e novembro
3 estamos em dezembro
4 meu Deus que é de nós?
5 assim diz o roceiro
6 do seco Nordeste
7 com medo da peste
8 e da fome feroz

9 Meu Deus é castigo
10 não chove mais não

11 assim diz o velho
12 sigo noutra trilha
13 convida a família
14 e começa a dizer:
15 eu vendo o burro
16 o jumento e o cavalo
17 nós vamos a São Paulo
18 viver ou morrer

19 chegaram em São Paulo
20 sem cobre e quebrado
21 o pobre acanhado
22 procura um patrão
23 só vê cara feia
24 de uma estranha gente
25 tudo é diferente
26 do caro torrão

(Patativa do Assaré, A triste partida. In: *Cordeis e Outros Poemas*, Fortaleza: Edições UFC, 2006. Adaptado)

16. O tema do poema adaptado é

- (A) a dificuldade de se possuir uma família numerosa.
- (B) o modo de comercialização de animais pelos nordestinos.
- (C) a falta de simpatia dos paulistanos.
- (D) a migração de agricultores nordestinos por causa da seca.
- (E) a religiosidade do agricultor nordestino.

17. A solução encontrada pelo agricultor do poema para manter sua subsistência e da família foi
- (A) dedicar-se à comercialização de animais.
 (B) buscar emprego na cidade grande.
 (C) aguardar a chegada da estação de chuvas.
 (D) comercializar minérios.
 (E) pedir empréstimo ao patrão.
18. A expressão **sem cobre** (verso 20) foi empregada em sentido figurado e refere-se à ausência de
- (A) automóvel.
 (B) alimento.
 (C) força.
 (D) brilho.
 (E) dinheiro.
19. A expressão **sigo noutra trilha** (verso 12) significa que o pai de família
- (A) procurou outras terras agrícolas para explorar.
 (B) desistiu de seguir na estrada para São Paulo.
 (C) resolveu buscar outra forma de sustento.
 (D) optou por outra trilha que o levasse a sua roça.
 (E) desistiu de buscar uma vida melhor.
20. A mensagem contida em – nós vamos a São Paulo/viver ou morrer (versos 17 e 18) – equivale à da expressão popular:
- (A) antes tarde do que nunca
 (B) Deus ajuda a quem cedo madruga
 (C) quem não pode se sacode
 (D) vamos para o tudo ou nada
 (E) viva e deixe viver
21. Assinale a alternativa que contém uma afirmação que decorre diretamente do princípio da impessoalidade na Administração Pública.
- (A) Os atos administrativos devem ser publicados a fim de que todas as pessoas possam deles tomar conhecimento.
 (B) Os atos praticados por uma pessoa que exerce uma função pública devem ser fundamentados na legislação vigente.
 (C) Durante o exercício de sua função, o funcionário público não pode decidir com base em seus interesses particulares.
 (D) Dentre duas ações a serem realizadas, o funcionário público deve escolher aquela que traga os maiores benefícios ao menor custo.
 (E) Durante o exercício de sua função, o funcionário público deve considerar as pessoas sempre como as mais importantes e principais “clientes” do serviço público.
22. Um senador apresenta um requerimento ao Ministério da Defesa, solicitando que o ministério divulgue, em seu Portal da Transparência, a lista dos voos realizados pela frota de aviões da Força Aérea Brasileira a pedido de autoridades públicas, em lista acompanhada do nome de todos os passageiros, custo e objetivo da viagem, solicitante do voo e o seu percurso. Esse requerimento está fundado, diretamente, no princípio da
- (A) legalidade.
 (B) eficiência.
 (C) razoabilidade.
 (D) proporcionalidade.
 (E) publicidade.
23. Sobre a organização administrativa, é correto afirmar que uma Secretaria de Estado e uma autarquia podem ser classificadas, respectivamente, como integrantes da Administração Pública
- (A) Direta e Indireta.
 (B) Indireta e Direta.
 (C) Direta e Direta.
 (D) Indireta e Indireta.
 (E) Indireta e Descentralizada.
24. Um funcionário público aplica uma multa a uma empresa por desrespeito a normas administrativas estaduais, entretanto, diversamente do que está previsto na lei, deixa de *indicar* no auto de infração dados da autuação exigidos em lei. Nesse caso, houve violação do seguinte *requisito* do ato administrativo:
- (A) competência.
 (B) forma.
 (C) finalidade.
 (D) objeto.
 (E) motivo.

25. O poder judiciário anula um ato administrativo fundamentando-se no fato de que o funcionário público que o praticou não possuía a atribuição legal para fazê-lo. Nesse caso, a anulação do ato administrativo realizada pelo Poder Judiciário está fundada na violação do seguinte *requisito*:
- (A) objeto.
 - (B) forma.
 - (C) finalidade.
 - (D) competência.
 - (E) motivo.
26. A Administração Pública recebe de um representante de um conhecido jornal documentos que comprovam que um funcionário público recebia cerca de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por mês, ilegalmente, em razão do exercício de sua função. A notícia foi amplamente divulgada na televisão.
- Assinale a alternativa correta em relação à providência que pode ser adotada pela Administração Pública no tocante à apuração dos fatos noticiados.
- (A) A Administração Pública poderá determinar a demissão imediata do funcionário, independentemente da instauração de um processo administrativo, em virtude da documentação que comprova os fatos noticiados.
 - (B) A Administração Pública poderá instaurar processo demissório em desfavor do funcionário com base nos fatos noticiados na imprensa, independentemente de eventual instauração de processo judicial para apuração criminal dos fatos.
 - (C) A Administração Pública não poderá instaurar processo demissório em desfavor do funcionário antes da final apuração criminal dos fatos no âmbito do Poder Judiciário, a fim de que todos os direitos de defesa do funcionário sejam assegurados.
 - (D) A Administração Pública poderá determinar a demissão imediata do funcionário, independentemente da instauração de um processo administrativo, desde que informe detalhadamente ao funcionário público os motivos da sua demissão, permitindo que ele apresente sua defesa das acusações por meio de uma ação judicial que vise a sua reintegração ao cargo.
 - (E) A Administração Pública não poderá instaurar processo demissório em desfavor do funcionário público, tendo em vista que não são admissíveis no processo administrativo as provas divulgadas no âmbito da imprensa.
27. Um superior hierárquico recebe documentos que comprovam que um funcionário público está recebendo grande quantia em dinheiro para deixar de praticar os atos de ofício de sua esfera de ação. O superior hierárquico sabe que os documentos foram furtados, de modo ilícito, para serem a ele entregues. Diante de tal circunstância, o superior hierárquico
- (A) deverá, com base nos documentos apresentados, adotar providências para instauração de um processo administrativo para apuração dos fatos noticiados pela pessoa que subtraiu os documentos.
 - (B) deverá, com base nos documentos apresentados, adotar providências para instauração de um processo administrativo para apuração dos fatos sem que tais documentos sejam juntados aos autos do processo administrativo.
 - (C) deverá, com base nos documentos apresentados, adotar providências para instauração de um processo administrativo para apuração dos fatos noticiados pela pessoa que subtraiu os documentos, mas cientificar as autoridades policiais responsáveis acerca da subtração de tais documentos.
 - (D) só poderá instaurar o processo administrativo para apuração dos fatos com base nos documentos subtraídos da residência do funcionário e apresentados perante a administração pública se a subtração ocorreu durante o dia.
 - (E) não poderá instaurar o processo administrativo para apuração dos fatos com base nos documentos subtraídos da residência do funcionário e apresentados perante a administração pública.
28. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos direitos que compreendem o Acesso à Informação previstos na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- (A) Direito de obter informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
 - (B) Direito de obter as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (C) Direito ao acesso à parte sigilosa de documentos públicos por meio de certidão, extrato ou cópia.
 - (D) Direito de obter informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, limitados aos casos em que estejam recolhidos a arquivos públicos.
 - (E) Direito de obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, excetuado os casos em que esse vínculo já tenha cessado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

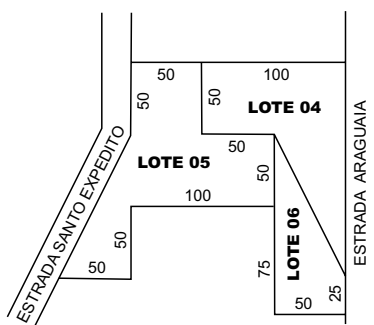
29. Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao pedido de acesso à Informação, consoante o disposto na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- (A) É facultado aos órgãos e entidades do poder público a viabilização de alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
 - (B) A informação solicitada não poderá ser fornecida em formato digital.
 - (C) O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, sendo vedada a cobrança do custo dos serviços e dos materiais utilizados nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada.
 - (D) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
 - (E) Não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 35 (trinta e cinco) dias, comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão.
30. Em relação aos prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), é correto afirmar que a informação classificada como
- (A) ultrassecreta poderá ter restrição de acesso pelo prazo de 50 (cinquenta) anos.
 - (B) secreta poderá ter restrição de acesso pelo prazo de 30 (trinta) anos.
 - (C) ultrassecreta poderá ter restrição de acesso pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.
 - (D) reservada poderá ter restrição de acesso pelo prazo de 15 (quinze) anos.
 - (E) reservada poderá ter restrição de acesso pelo prazo de 10 (dez) anos.
31. Segundo estabelece o artigo 187 da Constituição Federal, a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, levando-se em conta, especialmente,
- (A) o incentivo à pesquisa e à participação dos trabalhadores rurais nas questões afetas à agricultura familiar.
 - (B) o seguro agrícola.
 - (C) a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis.
 - (D) os instrumentos parafiscais.
 - (E) a colaboração das partes envolvidas.
32. O Conselho de Desenvolvimento Rural, criado pelo Estado, com o objetivo de propor diretrizes à sua política agrícola, prevê a participação de representantes da comunidade, dentre outras,
- (A) indígena.
 - (B) do desenvolvimento sustentável rural.
 - (C) agrônômica.
 - (D) ecológica.
 - (E) integrada pelos entes privados rurais locais.
33. Caberá ao Estado, com a cooperação dos Municípios, criar
- (A) o sistema de proteção de mananciais situados em área de preservação permanente.
 - (B) os programas voltados ao abastecimento de água domiciliar.
 - (C) os centros de pesquisas para o estudo da viabilidade da fabricação de produtos de origem animal e vegetal em área rural.
 - (D) o sistema de inspeção e fiscalização de insumos agropecuários.
 - (E) os programas setoriais para custeio de pesquisas agrônômicas.
34. À Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva – ITESP, para consecução de suas finalidades, caberá
- (A) solucionar questões agrárias.
 - (B) participar, com exclusividade, da execução das políticas agrária e fundiária.
 - (C) prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificados.
 - (D) promover a regularização fundiária em terras devolutas, com autorização da Assembleia Legislativa e 2/3 dos Conselhos criados pelas organizações governamentais.
 - (E) mediar conflitos fundiários do entorno rural.

35. Dada a descrição da matrícula, assinale a alternativa correta.

“Do vértice “A” tomado como referência, localizado no ponto mais ao Norte do imóvel, segue confrontando com o imóvel de matrícula 001 até o vértice “E” com os seguintes rumos e distâncias: do vértice “A” ao vértice “B”: 180°00’ 00” sentido Sul e distância de 50,00 metros; do vértice “B” ao vértice “C”: 90°00’00” NE e distância de 50,00 metros; do vértice “C” ao vértice “D”: 0°00’00” SE e distância de 100,00 metros; do vértice “D” ao vértice “E”: 90°00’00” SW e distância de 100,00 metros; do vértice “E” ao vértice “A” segue confrontando com o imóvel de matrícula 050 até a origem da seguinte forma: sentido Norte e distância de 100,00 metros até o vértice “F”, daí segue até o vértice “A” com rumo de 45°00’00” NE.”

- (A) O vértice “B” está mais a noroeste.
- (B) O vértice “E” está mais ao leste.
- (C) O vértice “C” está mais a oeste.
- (D) O vértice “E” é o vértice mais a sudoeste.
- (E) O vértice “F” está mais a sudeste.

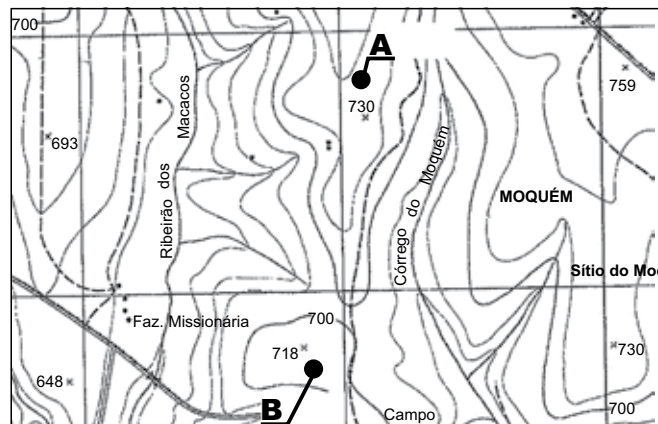
36. Fornecido o detalhe da planta do assentamento a seguir (distâncias em metros), é necessário saber a área total que será objeto da unificação dos lotes 04, 05 e 06.



Portanto, a área total correta é

- (A) 2,125 ha.
- (B) 2,425 ha.
- (C) 1,925 ha.
- (D) 2,520 ha.
- (E) 2,521 ha.

37. A figura a seguir representa detalhe da carta do IBGE, na escala 1:50 000. A medida obtida por uma régua entre os vértices A e B foi de 12,5 cm.



Considerando o exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Tendo-se como referência o nível médio do mar, o ponto “A” está mais alto que o ponto “B”; o córrego do Moquéem está mais baixo que o Ribeirão dos Macacos, e a distância real é de 6 250,00 metros.
- (B) Tendo-se como referência o nível médio do mar, o ponto “A” está mais baixo que o ponto “B”; o córrego do Moquéem está mais alto que o Ribeirão dos Macacos, e a distância real é de 6 500,00 metros.
- (C) Tendo-se como referência o nível médio do mar, o ponto “A” está mais alto que o ponto “B”; o córrego do Moquéem está mais alto que o Ribeirão dos Macacos, e a distância real é de 6 250,00 metros.
- (D) Tendo-se como referência o nível médio do mar, o ponto “A” está mais alto que o ponto “B”; o córrego do Moquéem está mais alto que o Ribeirão dos Macacos, e a distância real é de 6 500,00 metros.
- (E) Tendo-se como referência o nível médio do mar, o ponto “A” está mais alto que o ponto “B”; o córrego do Moquéem está mais alto que o Ribeirão dos Macacos, e a distância real é de 6 000,00 metros.

38. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que apresenta a escala gráfica que possui distorção do fator escala e que, portanto, seu uso deve ser evitado.

- (A) 1:500.
- (B) 1:150.
- (C) 1:200.
- (D) 1:1000.
- (E) 1:625.

39. No preenchimento do Laudo de Identificação Rural – LIF, em imóvel julgado devoluto pela Justiça Estadual no ano de 1986, foi apresentado pelos ocupantes, José e Maria, escritura pública de compra acompanhada de matrícula em nome destes, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis. Os documentos apresentados por José e Maria foram expedidos no ano de 1980.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Será informada no LIF a existência dos documentos de José e Maria, para comprovação de ocupação e análise em futura legitimação de terras.
- (B) Apesar da sentença julgando devoluto, José e Maria possuem escritura pública e matrícula no Registro de Imóveis competente, portanto, continuam titulares de domínio.
- (C) O imóvel é devoluto, portanto, a posse passa a pertencer ao Estado, e José e Maria passam a ser locatários do Estado.
- (D) Os documentos de José e Maria são anteriores à sentença julgando devoluto. Portanto, a aquisição será confirmada por ação de usucapião.
- (E) Não será necessário terminar de preencher o LIF, pois o imóvel é devoluto, portanto, pertence ao Estado. José e Maria devem ser notificados pelo cadastrador que devem se retirar imediatamente do imóvel.

40. Para fins de legitimação de posse ou regularização fundiária em área urbana, o cadastro técnico multifinalitário deve

- (A) relacionar a base cartográfica do Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo para que o cadastro possa determinar ângulos e distâncias dos imóveis cadastrados.
- (B) relacionar a base cartográfica elaborada por meio de mosaico aerofotográfico para que sejam obtidos os ângulos e distâncias necessários para legitimação de posse ou regularização fundiária.
- (C) relacionar base cartográfica com levantamento topográfico para determinar elementos cadastrais necessários para legitimação de posse e regularização fundiária.
- (D) relacionar a base cartográfica elaborada por meio de levantamento topográfico para complementar medidas, ângulos e demais feições omitidas no levantamento topográfico.
- (E) relacionar base aerofotogramétrica para reambulação do mosaico fotográfico digitalmente para a identificação de acidentes naturais, edificações e divisas dos imóveis.

41. Em projeto de regularização fundiária estadual, na região do Vale do Ribeira, uma das condições para a legitimação das terras é seu limite de área, que deve ser de até

- (A) 500 ha.
- (B) 400 ha.
- (C) 300 ha.
- (D) 200 ha.
- (E) 100 ha.

42. Dentre os dados coletados para a confecção do Laudo de Identificação Fundiária – LIF, destaca(m)-se:

- (A) identificação do ocupante; identificação do cônjuge; identificação do imóvel.
- (B) identificação do ocupante; avaliação das benfeitorias; classificação do solo.
- (C) identificação de litígios, de culturas, do ocupante e dos tratos culturais utilizados no imóvel.
- (D) avaliação das benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas; classificação do grau de exploração do imóvel; identificação do ocupante.
- (E) determinação do grau de utilização do imóvel; tratos culturais realizados; identificação do ocupante.

43. Observe a fotografia.



Quanto à fotografia aérea apresentada, é correto afirmar que se trata de

- (A) área rural com grande atividade agrícola.
- (B) área urbana com atividade agrícola.
- (C) área urbana com relevo ondulado.
- (D) área rural com relevo plano.
- (E) área rural com relevo ondulado.

44. Considere as seguintes informações sobre imóvel da mesma comarca de registro imobiliário:

Imóvel 01 – Transcrição n.º 25 de 1937, fls. 20, Lv 3-A. Área de 2000 ha. Título aquisitivo: Sentença de usucapião.

Imóvel 02 – Transcrição n.º 2350 de 1957, fls. 150, Lv 3-A, Área de 2000 ha. Título aquisitivo: Escritura Pública de Venda e Compra da transcrição n.º 25.

Imóvel 03-A – Matrícula n.º 50 de 1978. Área de 1000 ha. Título aquisitivo: Sentença de inventário com divisão da transcrição 2350.

Imóvel 03-B – Matrícula n.º 51 de 1978. Área de 1000 ha. Título aquisitivo: Sentença de inventário com divisão da transcrição 2350.

Imóvel 04-A – Matrícula n.º 200 de 1986. Área de 800 ha. Título aquisitivo: Escritura Pública de divisão de condôminos da matrícula 51.

Imóvel 04-B – Matrícula n.º 201 de 1986. Área de 1200 ha. Título aquisitivo: Escritura pública de divisão de condôminos da matrícula 51.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de estudo de cadeia dominial no qual se verifica a perfeita disponibilidade e continuidade dos títulos ingressados no fôlio real.
- (B) Não se trata de estudo de cadeia dominial, pois não há nexos causais de continuidade e disponibilidade, tendo em vista que transcrição e matrículas são instrumentos jurídicos que não se misturam.
- (C) Trata-se de estudo de cadeia dominial no qual se verifica indício de erro no ingresso do imóvel ao fôlio real, tendo em vista que sentença de usucapião não é título para ingresso no fôlio real.
- (D) Não se trata de estudo de cadeia dominial, pois o estudo deveria ser aprofundado até encontrar-se o registro paroquial.
- (E) Trata-se de estudo de cadeia dominial, no qual se verifica indício de irregularidade em parte do imóvel atual.

45. Terras devolutas são

- (A) terras que o particular abandonou e não deu destinação de uso.
- (B) terras públicas adquiridas do particular.
- (C) terras públicas que não ingressaram no domínio particular, ou foram devolvidas pelo particular ao poder público.
- (D) terras públicas que possuem destinação específica e uso do poder público.
- (E) grandes áreas ocupadas por vegetação nativa e sem uso comercial, prestando-se a reservas ambientais.

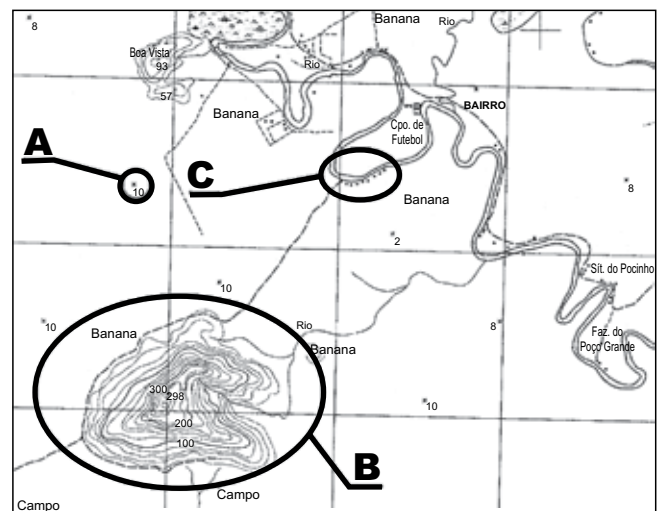
46. A legitimação de posses promovida pelo Governo do Estado de São Paulo em terras devolutas tem como objetivo

- (A) implantar política agrícola para fomentar a produção dos mercados interno e de exportação.
- (B) outorgar títulos de domínio aos posseiros para reativar o mercado imobiliário.
- (C) manter cinturões de amortecimento ambiental no entorno de parques estaduais.
- (D) outorgar títulos de domínio aos pequenos posseiros para a devida função social da terra.
- (E) regularizar a situação do fisco para que os posseiros ingressem na economia formal.

47. Na medição com trena, é correto afirmar que

- (A) deve acompanhar o relevo do terreno.
- (B) deve estar esticada com torque de 2 Kgf.
- (C) quanto maior a catenária, melhor é a precisão da medida.
- (D) deve ser realizada na horizontal.
- (E) quanto menor a reverberação, melhor é a medição da medida.

48. A figura a seguir representa parte de uma carta do IBGE. Nela, foram destacados (em círculos) detalhes identificados como “A”, “B” e “C”.



Considerando a figura, assinale a alternativa correta.

- (A) O detalhe “B” representa curvas de nível.
- (B) O detalhe “A” representa marca fiducial da carta do IBGE para controle posicional.
- (C) O detalhe “C” representa edificações, caminho e ferrovia.
- (D) O detalhe “B” representa um lago.
- (E) Os detalhes “A”, “B” e “C” referem-se a acidentes naturais identificados na carta.

49. Considere a seguinte transcrição:

“Certifico e dou fé, que às fls. 49, Livro 3-C das transcrições das transmissões desta comarca foi transcrito no dia 01 de abril de 1955, sob o número 766 de ordem, uma escritura pública de venda e compra de um lote de terras pastais e lavradas com área de 1 250 ha, ou 500 alqueires paulistas, com as seguintes confrontações: ao norte com remanescente, ao sul com José, a oeste com Maria. Tudo conforme consta na referida escritura. ADQUIRENTES: Pedro e João, proprietários residentes em Luciara, Estado de São Paulo. TRANSMITENTE: Paulo. FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO: escritura pública de venda e compra lavrada nas notas deste cartório em 20 de março de 1955. Valor do contrato: CR\$ 100.000,00.”

Para estudo da cadeia dominial, é correto afirmar que

- (A) o título dominial não possui mais valor devido a mudança para o sistema de matrícula.
- (B) não é possível realizar o estudo da cadeia dominial, tendo em vista que não constou o número da transcrição anterior.
- (C) deverá ser requisitada cópia da escritura pública de venda e compra, a fim de obter informações complementares sobre a titularidade, tais como título anterior.
- (D) deve ser realizada pesquisa no Cartório de Registro de Imóveis pelo nome dos adquirentes para verificar a origem do título dominial.
- (E) o número da matrícula que deve ser requerida junto ao Cartório de Registro de Imóveis é 766.

50. Podem ser elementos identificadores de divisa de imóveis rurais:

- (A) mourões, pedras e arbustos.
- (B) valas (valos), córregos e árvores de grande porte.
- (C) porteiras, árvores e casas.
- (D) cerca elétrica, mata nativa e picadas.
- (E) estábulos, cerca de arame farpado e mourões.

